2ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura
Ata da 56ª Sessão Ordinária — Em 27 de julho de 1960

Presidência do sr. deputado Guataçara Borba Carneiro, secretariada pelos srs. deputados Anibal Curi e Antonio Ruppel.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Guataçara Borba Carneiro, Pedro Liberti, Anibal Curi, Nicanor de Vasconcellos, Arthur de Souza, Ambrosio Choma, Agostinho Rodrigues, Antonio Annibelli, Antonio Ruppel, Nivaldo Gomes, João Cernicchiaro, Emilio Carazzal, Ernesto Moro, João Mansur, Joaquim Néia, Jorge Nassar, Libânio Cardoso, Raphael Kuliski, Luiz Alberto Dalcantalie, Mário de Barros, Mário Faraco, Léo de Almeida Neves e Waldemar Daros (23) achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Paulo de Camargo, Amadeu Puppi, Amaury Silva, Cândido Machado de Oliveira Neto, Dino Veiga, Haroldo Leon Pères, Thadeo Sobocinski, José Vaz de Carvalho, Elio Duarte Dias, Jorge Maia, José Hoffmann, João Simões, Alvaro Dirceo Vianna, Néo Martins, Miguel Dinizo, Nilson Ribas, Ruy Gândara, Renato Bueno, Sady de Brito, Vargas de Oliveira, Vidal Vanhoni e Waldemiro Hanêiko (22).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O ,

passando o sr. 2.º Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. PEDRO LIBERTI — (Sobre a ata). Sr. Presidente, srs. Deputados. Pedi a palavra sobre a ata porque tive uma surpresa ao regressar a esta Capital de uma viagem que fiz ao Norte do Estado há mais de dez dias, pois deparei com um comentário do jornal "Diário do Paraná" de 23 do corrente e que diz o seguinte:

"O deputado Pedro Liberti comentava numa roda de políticos amigos as declarações do sr. Jânio Quadros sobre Fidel Castro: "Eu acho que não vou mais com Jânio" P'ra mim êle é louco varrido, sabem?"

Para que conste dos Anais da Casa quero dizer que "louco varrido" deve ser o jornalista que publicou esta noticia. Ele sim deve ser "louco varrido". Por mais de vinte dias permaneci no Norte do Estado. Estive aqui alguns dias, compareci ligeiramente à Assembléia e não comentei coisa alguma em roda de amigos, e em seguida voltei para o Norte.

Se alguém quer me envolver com a pessoa do sr. Jânio Quadros deve fazer por outra forma, por outro meio porque jamais diria que não votarei em Jânio Quadros porque é um louco varrido. Isto é um absurdo. Um Deputado Estadual não pode fazer um juizo dessa maneira, uma análise dessas de um homem como Jânio Quadros que foi Vereador, que foi Deputado Estadual, Prefeito da Capital bandeirante, Governador do Estado de São Paulo, Deputado Federal e candidato ganhador à Presidência da República. Jamais diria tais asneiras.

De sorte que, sr. Presidente, para que conste dos Anais da Casa pedi a palavra para refutar essas declarações que não fiz. Tal comentário não tem sentido. Pretendo apenas com estas minhas palavras desfazer a intriga que se procurou fazer com respeito ao deputado Jânio Quadros e a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata. (Pausa). Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1.º SECRETARIO procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

— do Senhor Presidente da Comissão Organizadora do 1.º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, comunicando a realização daquele Congresso durante os dias 5, 6 e 7 de agosto vindouro, e convidando à Presidência e demais membros desta Assembléia para assistirem à sessão solene de encerramento do certame, que se dará no dia 7 daquele mês, às 15 horas. — **Ciente. Agradeça-se.**

— da Presidente interina do núcleo 8, da Legião da Boa Vontade, convidando à Presidência e demais membros desta Casa, para participarem da magna Reunião Fraternal que teve lugar no dia 24 do corrente, no salão nobre do Instituto de Educação. — **Agradeça-se.**

— do Senhor Diretor Presidente da Associação Paranaense de Reabilitação, agradecendo aos nobres Deputados com assento nesta Casa, a doação que fôra dada àquela Associação, no valor de quinhentos mil cruzeiros. — **Ciente. Arquite-se.**

— do Senhor Sub-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, encaminhando a esta Casa os esclarecimentos prestados pelo Ministério de Viação e Obras Pública, — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atendendo à solicitação que fôra feita por esta Assembléia, com respeito a rodovia BR-35, via Palmeira-Irati-Relógio-Guarapuava-Fóz do Iguaçu — **Ao conhecimento da Casa.**

— do Senhor Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café, encaminhando a esta Assembléia o Edital da classificação dos cafés da série excedente, da quota de consumo interno, da safra de 1958/1959. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do Senhor Presidente da Associação Rural de São Mateus do Sul, convidando à Presidência e demais membros desta Assembléia para participarem dos festejos do 15.º Aniversário daquela Associação, a realizar-se no dia 7 de agosto próximo vindouro. — **Agradeça-se.**

— do Senhor Presidente da Federação das Associações Rurais do Território do Acre, solicitando a esta Assembléia, enviar àquela Federação, a legislação concernente a terras, agricultura, colonização, finanças, orçamentos, saúde, etc.. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, acusando recebimento e agradecendo a comunicação da composição da nova Mesa eleita para dirigir os trabalhos desta Assembléia. — **Ciente. Arquite-se.**

TELEGRAMA:

— do sr. Celino R. de Araujo, Prefeito Municipal de Guaira, concitando a Assembléia Legislativa à aprovação, com urgência, do Projeto de Lei que visa conceder autorização para que aquela mesma edilidade proceda emissão de apólices no montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para continuação das obras da Usina "Pedreira", nos Saltos das Sete Quedas. — **A Comissão competente.**

— do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República no seguinte teor: Acuso recebimento officio de Vossa Excelência de 13 de julho último vg em que me transmite termos requerimento deputado Cândido Machado de Oliveira Neto vg apraz-me comunicar-lhe que vou ponderar assunto com todo apreço me merece essa ilustre Assembléia pt Saudações Cordiais. — **Ao conhecimento da Casa e do sr. Deputado interessado.**

— de Wenceslau Braz, no seguinte teor: Povo São José da Boa Vista agradece Egrégia Assembléia Legislativa Lei promulgada restabelecendo sua antiga categoria Municipio esta tradicional cidade paranaense pt Atenciosas

Sds Orlando Ferreira Paz PSD — Benedito Correia UDN — José Rolim PTB e Germano Sobrinho de Oliveira PDC. — **Ao conhecimento da Casa.**

— do sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro F. de Barros Barreto, no seguinte teor: Comunivo Vossência para devidos fins vg que Supremo Tribunal Federal vg em sessão realizada 11 corrente vg julgado representação 414 vg sendo representante Procurador Geral da República (Governador Estado Paraná) representada Assembléa Legislativa êsse Estado vg decidiu pela inconstitucionalidade Lei estadual nr. 8/59 vg votação unanime pt Sds pt — **Ao conhecimento da Casa.**

— do sr. Vice-Presidente da Assembléa Legislativa de Santa Catarina, apelando à Casa no sentido de dar o seu apoio para a urgente aprovação à emenda constitucional visando nova rediscriminação de rendas que melhor ampere os Municípios Brasileiros. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 229/60.

— do sr. deputado Waldemar Daros, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 72/60.

— do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 328/60.

— do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 273/60.

— do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 254/60.

— do sr. deputado Pedro Liberti, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 581/59.

— do sr. deputado Ambrosio Choma, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 35/60.

— do sr. deputado Anibal Curi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 440/60.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados anexo ao quadro geral da Secretaria de Viação e Obras Públicas, 10 (dez) cargos isolados de provimento efetivo de pilotos de aviação civil do Estado, padrão "X".

Art. 2.º — O preenchimento dos respectivos cargos de pilotos civis do Estado, dar-se-á automaticamente com o aproveitamento dos atuais pilotos civis no exercício daquelas funções.

Art. 3.º — A verba para atender as despesas decorrentes da presente Lei, será por conta da verba orçamentária da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de Julho de 1960.

(a) Anibal Khury

JUSTIFICATIVA: — Como é óbvio, o vertiginoso desenvolvimento do nosso Estado, implicou no uso de novos métodos na sua administração, tornando-se imprescindível e constante o meio rápido de transporte e comunicação oferecido pela aviação mantida com aviões do Estado, e, por conta exclusiva deste.

Contudo, os funcionários, isto é, os pilotos civis lotados ou contratados para êsse serviço estão à margem nos quadros que compõem o funcionalismo público do Estado e, apesar dos relevantes trabalhos que prestam à adminis-

tração não auferem as vantagens e benefícios comuns a essas classes em todas as legislações, sejam de caráter público ou privado.

Não contam com seguro de vida, aposentadoria, montepio e estabilidade nos termos do disposto no estatuto dos funcionários públicos do Estado.

Visa o presente Projeto de Lei, assegurar aos referidos funcionários aqueles benefícios comuns a todos os funcionários efetivos e, a sua aprovação importa, numa melhor disposição dos mesmos nos quadros do Estado, pois que, em funções já existem, faltando, tão somente, a criação do quadro competente que uma vez criado, passará a constituir mais um setor organizado da administração pública do Estado, eis que, funcionando nas condições atuais é quasi que um setor inexistente da administração, pois a falta de segurança, garantia e estabilidade do elemento humano o torna precário, sem se levar em conta que o progresso é sempre fatal e independe da vontade humana e, a renovação do material humano, assim como, a sua preparação, são fatores indispensáveis, por isso que, é preciso prever para prover.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os membros do Conselho Administrativo da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná são considerados efetivos desde a posse e terão os vencimentos fixados pela lei n. 3.435, de 2 de dezembro de 1957.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1960.

(a) Anibal Khury

JUSTIFICATIVA: — Será feita em plenário.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000 00 (hum milhão de cruzeiros), destinado a auxiliar a Associação Atlética Ribeirãoclarense, de Ribeirão Claro, na ampliação de sua sede social e praça de esportes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de julho de 1960.

(a) Nivaldo Gomes de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO: — A Associação Atlética Ribeirãoclarense, foi fundada no dia 5 de julho de 1935, — portanto há 25 anos passados —, e congrega em seu seio quase todos os moradores de Ribeirão Claro.

Em terreno doado pela Prefeitura local, a Associação em aprêço possui uma área edificada de, mais ou menos, 600 m².

Ali são realizados, sem qualquer ônus para os participantes, competições desportivas dos diversos estabelecimentos de ensino localizados em Ribeirão Claro.

Cumpre destacar, ainda, que a Associação Atlética é a única agremiação da cidade, sendo, portanto, o lugar para onde a obreira população de Ribeirão Claro se dirige procurando distrações nas suas horas de lazer.

Entretanto, várias instalações requerem urgente reparo e melhoria, ressaltando-se entre elas o fechamento de uma parte do muro externo, vestiário, arquibancada e parque infantil.

Assim sendo, e afim de que as obras já em fase de incício não sofram solução de continuidade, apresentamos a presente iniciativa que receberá, estamos certos, o apóio dos nobres membros que compõem esta Casa.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), à Secretaria de Saúde Pública destinado a auxiliar o Hospital de Caridade São Vicente da cidade de Iratí na compra de uma ambulância.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Julho de 1960.

(a) Ambrosio Choma

JUSTIFICATIVA: — Nas cidades do interior do Estado, muitos estabelecimentos hospitalares, especialmente os de caridade, estão incompletos em seu aparelhamento para bem servir à população. A falta de uma ambulância para o transporte de enfermos e vítimas de acidentes, tem trazido o sofrimento e muitas vezes a morte àqueles que necessitam de um meio de locomoção ao seu estado de saúde.

É este o caso do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, da cidade de Iratí, cujo movimento requer efetivamente a aquisição de um veículo desta natureza. Contudo as dificuldades financeiras por que atravessa, não permitem o dispêndio da soma necessária à cobertura desta compra uma vez que há despesas para manter em funcionamento o próprio nosocômio. Daí então, a iniciativa do presente plano de lei, que visa unicamente conseguir do Poder Público um auxílio justo e de extrema necessidade para servir à operosa população iratiense num dos seus mais antigos anseios.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada na Tabela III, da Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo Público a carreira de Médico cancerologista.

Art. 2.º — Os cargos de carreira de Médico Cancerologista criados pela presente lei, serão única e exclusivamente preenchidos por médico que possuam certificados de curso de especialização em Cancerologia, fornecido pelo Departamento Nacional de Saúde ou prova de que tenha frequentado, por dois anos consecutivos, serviço regular de câncer.

Art. 3.º — Aos médicos do Quadro da Secretaria de Saúde Pública que, nesta data, encontrarem-se prestando serviços em órgãos de combate ao câncer, fica assegurada a transferência para a carreira de Médico Cancerologista.

Art. 4.º — Fica criada na Tabela IV da Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, 1 (uma) função de Chefe de Dispensário de Câncer do Centro de Saúde de Curitiba, de símbolo F.G.-4 do Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde Pública do Estado.

Art. 5.º — A carreira ora criada terá a estrutura do Quadro Anexo.

Art. 6.º — Aos Médicos ocupantes da nova carreira de cancerologista ficam assegurados os vencimentos equivalentes de Promotor Público de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª entrância.

Art. 7.º — As despesas decorrentes desta lei serão atendidas pela verba própria do Orçamento vigente.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Julho de 1960.

(a) Ambrosio Choma

JUSTIFICATIVA: — Sendo o câncer uma das moléstias que mais óbitos traz à humanidade e que vem exigindo em todo o mundo uma mobilização geral de recursos e homens especializados no seu combate, não deve o Estado fugir à necessidade premente de dar a sua contribuição neste setor de interesse da coletividade. Para conseguir-se isto é imprescindível entregar a mé-

dicos categorizados e especialistas comprovados no mistér que tenham elevado conhecimento da enfermidade, a luta sem tréguas pela diminuição do sofrimento humano. Nada portanto mais útil e justo do que a criação de uma carreira de cancerologistas no Quadro Geral do funcionalismo público a qual só poderá ser preenchida por médicos efetivamente habilitados afim de, realmente, ser cumprida a finalidade prevista no presente plano de lei. Assim é que, trazemos à consideração dos nobres Deputados desta Colenda Assembléia Legislativa este projeto, que por certo merecerá a necessária atenção e uma vez aprovado transformar-se-á em uma lei das mais justas leis de alcance social.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar à União Agrícola Instrutiva da cidade de Irati na construção de sua nova séde social.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Julho de 1960.

(a) **Ambrosio Choma**

JUSTIFICATIVA: — A União Agrícola Instrutiva é uma sociedade de caráter cultural, rural e social que possui uma filial com séde na cidade de Irati. É constituída por mais de uma centena de associados e possui um patrimônio imobiliário próprio. Contando, sua séde atual tem necessidade de reconstrução total, em virtude de estar funcionando um antigo edificio de madeira que não mais apresenta segurança e confiança e conforto necessários. Daí então a resolução da entidade de iniciar a construção de um edificio adequado às finalidades da associação.

O auxilio aqui solicitado será, certamente de grande valor à aspiração da Diretoria e sócios da U.A.I. e poder; dar a Irati mais um estabelecimento digno do progresso cultural, social e agrícola.

PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Aracy de Lara Machado, viúva do ex-Guarda de Coletoria, da 1.ª Inspetoria de Rendas Estaduais, Luiz Teixeira Machado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta da verba própria do orçamento em vigor.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1960.

(a) **João Mansur**

JUSTIFICAÇÃO: — Inúmeras são as pensões concedidas a viúvas de ex-servidores do Estado.

O presente caso não foge à regra por apresentar as características mais acentuadas, qual seja, por ser pessoa doente e com idade avançada.

Dna. Aracy de Lara Machado, ao falecer seu esposo, ficou quase desamparada, tendo que trabalhar para se manter.

Agora que já atingiu o limite da capacidade física, encontra-se ainda enferma, o que veio, sobremaneira, afligir os seus males, pois não possui recursos para se tratar.

Justo, pois, que o Poder Público venha em auxilio de Dna. Aracy, concedendo-lhe este pequeno benefício.

É o que pretendemos com o presente plano de lei para o qual contamos poder contar com o apoio dos senhores deputados com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado Pedro Liberti, primeiro orador inscrito.

O SR. PEDRO LIBERTI — Sr. Presidente, srs. Deputados. (Iê):

“Ao regressar de mais uma viagem ao Norte do Paraná, percorrendo os municípios de minha influência eleitoral, tenho o dever de expôr aos nobres Colegas a situação alarmante que lá encontrei, o estado de desespero dos lavradores e o medo de todos aqueles que lá vivem e labutam pelo dia de amanhã.

Sr. Presidente, o Norte do Paraná está em plena colheita de café, o tempo sem chuvas tem auxiliado os cafeicultores e tanto o sitiante como o fazendeiro estão apavorados, pois tendo de pagar os colonos e os apanhadores, encontram os Bancos trancados a sete chaves e os maquinistas com as compras suspensas. Os caminhões ficam encostados nas ruas esperando carga para os portos, as lojas quasi desertas e nos rostos de todos uma angústia, um desespero que não é possível descrever. O motivo desta paralização geral dos negócios de café, o porque dos Bancos não estarem operando, é a exigência do nosso Governo em querer cobrar mais uma vez o imposto de Vendas e Consignações sobre os cafés remanescentes da safra de 1959 a serem adquiridos pelo I. B. C. — Todos sabem que os cafés retidos da safra passada estão quasi todos apenhados a Bancos desde setembro de 1959, vencendo juros e armazenagem desde aquela época. O nosso ilustre colega, Deputado Federal, sr. Miguel Buffara, ligado aos meios cafeeiros de Paranaguá, em brilhante entrevista à imprensa de Curitiba e a “Folha de Londrina”, equacionou em termos e números exatos o problema dos cafés encaminhados ao pórtio de Paranaguá, o pórtio mais sacrificado entre todos os do Brasil. Não é de hoje que eu me manifestei nesta tribuna sobre o problema do café. Devem lembrar os nobres colegas que em várias ocasiões levantei minha voz nesta Assembléia para defender unicamente os interesses dos produtores de café do Norte do Paraná, pois não tenho interesses em máquinas de café, não sou acionista de Armazem Gerais, e não faço parte de grupos exportadores da rubiácea. Além do café estocado em Paranaguá estar todo branco pela humidade do porto e portanto desmerecido na exportação, além de ser gravado com juros bancários e as taxas de armazenagem de quasi um ano, nobres colegas, o nosso Governo agora quer ainda sobrecarregá-lo com mais uma incidência do imposto de vendas e consignações.

A Lei nº 1131, decretada por esta Assembléia em 11 de Junho de 1953, é bem clara, pois isenta do Imposto de Vendas e Consignações as operações internas que se realizarem com o café na praça de Paranaguá, desde que fique comprovado, em relação a mesma mercadoria, já ter sido pago o referido imposto ao Estado, pelo menos uma vez. O I. B. C. compra os remanescentes da safra de 1959, de acôrdo com o regulamento de embarque daquêlê ano, para aliviar seus possuidores e consequentemente os Bancos financiadores, como também abrir mercado aos cafés da nova safra, já encaminhados aquêlê pórtio. O I. B. C. que é uma autarquia federal, exportará no futuro, diretamente ou por intermédio de firmas exportadoras os cafés objeto dessa compra, em operações parceladas a um registro que julgar conveniente. Nessa ocasião o I. B. C. pagará ao Estado do Paraná no Pórtio de Paranaguá o imposto de Vendas e Consignações e mais outros impostos devidos. Foi muito comentada a vultuosa venda realizada pelo Sr. Renato Costa Lima, quando ainda Presidente do I. B. C., a uma firma norte americana de um milhão e meio de sacas de café velho, cujo embarques estão ainda sendo efetuados pelos portos de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro por firmas particulares. Numa estatística sobre o movimento do pórtio de Paranaguá até 31 de Maio deste ano consta como maior exportador o I. B. C. com o total de 284.302 sacas de café. Portanto, Sr. Presidente, a compra pela autarquia dos remanescentes da safra 1959 obedece ao plano de comercialização da mesma e podemos estar certos que novas e maiores vendas serão realizadas a um registro que possa

fornecer mais dolares á União, aliviar seus estoques e combater a concorrência do café africano. O que não é justo é que o Governo do Estado, não tomando conhecimento da Lei nº 1131, pelo seu Secretário da Fazenda, venha impôr aos detentores dos remanescentes da safra de 1959 esse imposto descabido. Essa pretensão do Fisco veio paralizar por completo o faturamento dos cafés velhos ao I.B.C. e os Bancos não recebendo o financiamento dos cafés da safra passada, de modo algum pretendem iniciar o financiamento da nova safra. Se hoje o Erário Estadual está com seus cofres vazios, a culpa é unicamente do Governo do Estado atual, que descuidou por completo a política cafeeira do nosso Estado, não dando cobertura política aos seus representantes junto ao I.B.C., não levantando sua voz em defesa do pórtio de Paranaguá, limitando-se a pedir adiantamentos ao I.B.C. por conta dos impostos. A prova de quanto estou afirmando, meus nobres colegas, é que o Paraná, embora liderando a produção do café no Brasil, não conseguiu impôr até hoje, nas esferas federais o nome de um paranaense na Presidência do I.B.C.

Quando em outra ocasião levantei minha voz em defesa dos produtores de café, alertando o Governo sobre o sacrificio do Pórtio de Paranaguá e a evasão de cafés Paranaenses para os longínquos portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, concluí que ao Governo atual faltava uma mentalidade cafeeira e sobrava somente e unicamente a função fiscal. E a história se repete, infelizmente para aqueles que labutam e trabalham no Norte do Paraná, para dar ao Estado quasi o 80% da sua receita, com o café.

O Sr. Secretário da Fazenda lança apêlos patéticos aos produtores de café para que façam mais um sacrificio e em roda de amigos manifestou que se não conseguisse receber êsse imposto sôbre os cafés retidos da safra passada para o I.B.C., não poderia pagar os vencimentos já em atraso dos funcionários públicos e nem pagar as compras realizadas pelo Estado. Se o Tesouro está vazio, como então se explicam tôdas essas nomeações que diáriamente observamos no Diário Oficial? Serão nomeações politicas em véspera de eleições? Nesse caso o Governo não está passando "um conto do vigário nos novos e novas nomeadas? Pagá-los com que? Co messa politica fiscal o Governo criou um ambiente de desânimo nos lavradores, porque estes, eternos sacrificados, não sabem para quem apelar. Correm de uma máquina a outra com suas amostras de café, sem receber uma oferta e não sabem como pagar seus compromissos. Uma vez que essa tributação é contra a lei nº 1131, o Sr. Secretário da Fazenda em vez de lançar apêlos patéticos aos produtores para pagarem esse tributo, poderia lançar mais um apêlo patético ao Presidente do I.B.C. para que a autarquia pagasse antecipadamente esse tributo, mediante um documento da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, garantindo a não cobrança do imposto na ocasião da exportação, por parte do I.B.C. — Seria também interessante se o Sr. Secretário da Fazenda cortasse de uma vez pela raiz essa nova indústria que surgiu no Norte do Paraná, que é a venda de cadastro de lavradores para embarque clandestino de cafés para o Rio de Janeiro, que prejudica enormemente o Estado e o comércio honesto. Essa nova industria, aliás, parece que também está sendo explorada nesta Capital e por atacado.

Sr. Presidente, somente para quem conhece o sacrificio, o trabalho e a luta do trabalhador rural, pode compreender que tudo o que fôr solicitado em favor dêle, sempre será pouco. Devemos olhar com mais carinho a esse povo trabalhador do Norte do Paraná, dar-lhe assistência médica, escolas, estradas. A riqueza do Estado do Paraná ainda é, e o será para mais tempo ainda a produção cafeeira; damos pois a essa produção uma politica cafeeira a longo prazo, bem planejada que possa amparar a lavoura, o comércio e o Estado, pois assim agindo trabalharemos para a riqueza do Paraná e do Brasil".

Sr. Presidente, srs. Deputados, quando me encontrei com o Senador Nelson Maculan nos municípios de Uraí e Rancho Alegre, para realizar, na-

queas cidades, comícios em favor da sua candidatura ao Governo do Estado, tive conhecimento que S. Excia. viajaria para o Rio de Janeiro a fim de conferenciar com o Presidente do Banco do Brasil e com o Presidente do IBC para, junto dessas autoridades, que são as competentes no que diz respeito à cafeicultura de nosso Estado, reivindicar para o Paraná, especialmente para o Porto de Paranaguá, vendas e embarques do café paranaense.

Segunda-feira, sr. Presidente, o sr. Nelson Maculan foi para o Rio de Janeiro e, de fato, avistou-se com o Presidente do Banco do Brasil e com o Presidente do IBC. Era, portanto, verdadeira aquela conversa que manteve comigo, na volta de Urai para Londrina, de que viajaria para tratar desse assunto.

Hoje, sr. Presidente, é com grande satisfação que deparei no jornal "Última Hora", com a notícia, que para o Paraná é muito alviçareira e de suma importância, especialmente para os cafeicultores, de que S. Excia. o senador Nelson Maculan mostrou, de fato, o seu carinho, o seu interesse pela cafeicultura de nosso Estado e, principalmente, pelos interesses do Paraná.

Vou passar, sr. Presidente, a ler a nota publicada no jornal "Última Hora" e que tem o seguinte título: (lê) "IBC intervem no mercado do café para Assegurar Financiamentos ao Lavrador.

RIO, 27 (ULTIMA HORA) — Levando ao governo os problemas que agora afligem a lavoura do Paraná, o senador Nelson Maculan conferenciou, longamente, com o sr. Sebastião Paes de Almeida, ministro da Fazenda, na manhã de ontem. Dos entendimentos entre o líder ruralista, candidato ao governo do Estado, com o titular das Finanças, que abrangeram os diferentes aspectos da política cafeeira, também tratados com o sr. Adolfo Becker, presidente do IBC, resultaram providências concretas, que terão imediata aplicação, conforme instruções transmitidas às agências da autarquia cafeeira, em coordenação com o Banco do Brasil.

SOLUÇÕES

Foram as seguintes as soluções dadas pelo titular da Fazenda e pelo presidente do IBC aos diferentes problemas que lhes foram equacionados pelo senador Maculan: 1 — **FINANCIAMENTO** — Foram expedidas instruções no sentido de o Banco do Brasil financiar lote corrido completo — isto é, quotas de mercado, consumo externo e expurgo na devida proporção ao nível de Cr\$ 2.400,00, no Interior, com aumento do limite até aqui estabelecido; 2 — **RETIRADA DO REMANESCENTE** — O Instituto Brasileiro do Café, nos termos do artigo 6º do esquema aprovado, retirará do disponível, na medida das compras que efetuar, liberando sempre os cafés desta safra, para proporcionar movimentação ao porto de Paranaguá. Será evitado, assim, que os onus de juros e armazenagem sobrecarreguem a lavoura, pois seriam fatalmente deduzidos os preços por ela percebido; 3 — **INTERVENÇÃO** — A fim de que, efetivamente, o preço pago faça sentir seus reflexos no Interior, é necessário um policiamento a ser exercido através à intervenção, cujos meios deverão ser estudados e aplicados, visando sempre a favorecer o lavrador; 4 — **PREÇO** — As medidas a serem aplicadas visam todas o estabelecimento de condições que favoreçam um preço de 40 a 42 cruzeiros o quilo de renda, ou sejam, aproximadamente, Cr\$ 800,00 a saca de café em côco."

Aqui, sr. Presidente, a esta parte é que se refere o discurso que acabei de proferir neste instante. É sobre a questão do fisco do café. Parece-me que foi tratado com o Sr. Ministro da Fazenda e Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Então, diz aqui: (lê)

"IBC E FISCO

O ministro da Fazenda também se comunicou com o sr. Adolfo Becker, presidente do IBC, para estabelecer — nos termos da legislação em vigor — a posição da autarquia cafeeira em relação às exigências do fisco esta-

dual, cuja providência, agora contestada, só pode ser decidida por via judicial. A questão da legitimidade do imposto de exportação, cobrado pela Secretaria da Fazenda do Paraná, para transações internas fugindo à competência do IBC, este não deverá condicionar a compra do café a esse prévio pagamento”.

Ai, sr. Presidente, é que gira o meu discurso. É quando o Sr. Secretário da Fazenda pretende cobrar o Imposto de Vendas e Consignações pela segunda vez, porque para os remanescentes, como diz a Lei 1131; nessas vendas estão isentas de Imposto de Vendas e Consignações as operações internas que se realizarem com o café na praça de Paranaguá.

Portanto, se a Lei 1131 isenta as operações internas que se realizarem na praça de Paranaguá, que a Lei é bem clara, como pode o sr. Secretário da Fazenda vir agora querer cobrar até do remanescente da safra de 1959?

Eu acho, de acôrdo com a lei, que é um verdadeiro absurdo o que se quer praticar contra a lavoura, porque é como diz o velho ditado: “É do couro que sai a correia”. É lógico, é claro, é evidente, é cristalino, sr. Presidente, que se cobrarem mais uma taxa, será uma bi-tributação e os compradores no interior terão que, forçosamente, baixar o preço da compra da mercadoria, porque senão não lhes interessa. Então, quem vai pagar é o produtor, é o sitiante, é o fazendeiro. Esses é que vão pagar esses tributos. De sorte que aqui, sr. Presidente, eles estão de acôrdo com meu discurso já proferido.

Aproveito a oportunidade para me congratular com o senador Nelson Maculan, pela feliz, pela felicíssima intromissão, como dissemos, que intercedeu junto ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do IBC. Parece-me que, graças a Deus, agora, o Paraná vai poder contar com exportação pelo pórtio de Paranaguá, uma vez que foi o que se ajustou na referida conferência com o senador Nelson Maculan, que é uma das partes que mais têm lutado pelos interesses da economia cafeeira do Paraná. Aproveito esta oportunidade para me congratular com o povo do Paraná, para me congratular especialmente com os cafeicultores do Norte do Paraná, porque vejo que, realmente, o senador Nelson Maculan é o líder da lavoura, é o líder em que o povo do Norte do Paraná, o povo do Sul do Paraná, do Oeste e do Leste do Paraná podem confiar e mais eles vão confiar em Nelson Maculan, tenho certeza, no grande governo que ele irá realizar a partir de 1º de fevereiro de 1961.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Agostinho Rodrigues, segundo orador inscrito.

O SR. AGOSTINHO RODRIGUES — (Lê)

“Sr. Presidente, srs. Deputados. Há dias passados, trouxe ao conhecimento desta Casa o relato de gravíssimos fatos que se verificam no Oeste Paranaense, onde centenas de humildes lavradores estão sendo vítimas de insaciáveis usurpadores de terras que infestam o nosso Estado, mancomunado, como denunciei, e é do domínio público, com as próprias autoridades judiciárias e policiais da região.

Na oportunidade, pedi fôsse realizada rigorosa correição para a comprovação dos fatos desabonadores que são atribuídos ao Sr. Juiz de Direito de Toledo, fatos que atentam contra a dignidade da Justiça do Paraná, pois revelam o mar de lama em que se vem chafurdando aquêle representante da nossa Magistratura, verdadeiro mecantilizador da Justiça, o que, aliás, o digno Sr. Corregedor da Justiça do Estado não deve ignorar, uma vez que, hoje, ninguém mais faz segredo de como se processa a “justiça” naquela Comarca.

Pois bem, Sr. Presidente. Minhas palavras calaram profundamente no espírito público, revelando a revolta das consciências bem formadas e dos cidadãos honestos, comprovado pelas inúmeras manifestações de solidariedade que recebi, acrescidas pelas denúncias de fatos mais graves ainda do

que aqueles aqui já relatados. O eco da minha denúncia ainda rebouva pelo interior do Estado, através das páginas da imprensa livre do Paraná, quando nova onda de violências e de arbitrariedades foi desencadeada pelo já celebrizado Sr. Juiz de Toledo contra os pacíficos lavradores da faixa da fronteira, na região de Guaira, como acintoso menosprezo às providências de proteção aqui pedidas, alardeando imunidade incompreensíveis.

Diante de tais fatos, Sr. Presidente, não é possível a continuação daquela autoridade à frente da Comarca de Toledo, a não ser que queiramos ver toda a região transformada num campo de chacina de vítimas inocentes.

Acaba de chegar ao meu conhecimento que, ainda nos últimos dias da semana passada, um grupo de jagunços profissionais, em promiscuidade com elementos dos destacamentos policiais de Palotina e Guaira, transportados ostensivamente em viaturas da Companhia de Desenvolvimento Rural — mais conhecida pela sigla CODAL — que é, na realidade, apenas um disfarce da Imobiliária Ipiranga, a qual, por questões judiciais já não mais pode registrar títulos de terras, esse grupo, composto de mais de trinta elementos, invadiu, novamente, as terras ocupadas por inúmeras famílias de flagelados nordestinos, terras estas requeridas ao Governo da União, e já discriminadas pelo Sr. Dr. Procurador da Fazenda Federal do Estado do Paraná, desde o ano de 1954, conforme editais publicados no Diário Oficial do Estado e na imprensa desta Capital, naquela época.

Além da violência consubstanciada nessa invasão inominável, é de se revelar que o fato foi provocado por determinação do Sr. Juiz de Direito de Toledo, o qual, ultrapassando já os limites do bom senso, ordenou novo despejo violento daqueles pobres patrícios nossos, a fim de garantir o domínio das terras à ambição de conhecidos especuladores, com quem vive o referido Juiz em pública convivência.

Cenas patéticas e emocionantes, Sr. Presidente, verificaram-se, então, quando mulheres e crianças, traumatizadas pela ação violenta dos jagunços e dos policiais, internaram-se na mata a fim de fugirem da ameaça de fuzilamento, tendo-se até verificado um caso de aborto em meio da mata, e outro de acesso de loucura de um infeliz lavrador, pai de nove filhos, tal o terror implantado pelos beleguins do Sr. Juiz de Direito de Toledo, a serviço de Companhias que ambicionam as terras da faixa de fronteira, uma vez que os jagunços dessas empresas, antecipando a ação policial, previamente combinados, atacaram a tiros os lavradores o que se conduzia de uma roça para outra, quando estes se aproximavam do acampamento instalado pelos jagunços a mando da CODAL, verificando-se violento tiroteio, que resultou na detenção de quatro dos jagunços, enquanto outros, acovardados se embrenhavam pela mata a dentro.

O plano estabelecido pelos que tentam a usurpação daquelas terras, com o apóio do Sr. Juiz de Direito de Toledo, era justamente provocar o atrito e choque entre os pacíficos ocupantes das terras e os jagunços, a fim de justificar a ação policial para prender e despojar os lavradores de suas posses, como, aliás, ia acontecendo, se não houvesse sido avisada a Guarnição Federal de Guaira, que prontamente atendeu ao pedido de socorro dos posseiros, tendo se dirigido para o local um contingente comandado pelo sub-comandante da 5a. Cia. de Fronteira, acompanhado de vários oficiais, que apanharam os policiais e jagunços em flagrante ação de violência contra os indefesos agricultores nordestinos que ali vivem em suas posses mansa e pacificamente.

Dos fatos aqui relatados, foram tomadas declarações no próprio local, por aquelas autoridades federais, depondo jagunços e lavradores, sobre a ocorrência, caracterizando-se, então, a total responsabilidade do Sr. Juiz de Toledo que pelos seus atos está propositadamente provocando o desassocego e a desordem em toda aquela Comarca, uma vez que, conforme chegou ao meu conhecimento, o referido Juiz, menosprezando as leis federais e a própria Carta Magna da Nação, tem, acintosamente, despachado

dezenas de ordens de despejo, usando a policia e os jagunços como seus executores, a fim de proteger os interesses inconfessáveis da CODAL e de outros "papa-terras" sobejamente conhecidos, todos mancomunados com autoridades e com vários elementos da alta administração do Estado.

Doloroso e revoltante, Sr. Presidente, que fatos dessa natureza se repitam tão amiudadamente no Paraná, sob os olhos complacentes dos responsáveis pela ordem e segurança pública, quando sabemos que o governo do Estado de São Paulo, dando uma lição de civismo e humanidade, no intuito de proteger os lavradores, ainda agora acaba de decretar a desapropriação de vasta área do município de Palmital, naquele Estado, solicitando, entretantes, à Assembléia Legislativa do Estado o crédito de quinhentos milhões de cruzeiros, para o fim de providenciar a competente indenização daquelas terras, que serão distribuidas gratuitamente aos seus ocupantes, na forma do citado decreto.

Isto em São Paulo. Aqui no Paraná, ao contrário, autoridade judiciária, sob o olhar complacente do Governo do Estado se mancomunam com usurpadores para provocarem a intrusão das terras dos nossos pequenos lavradores, violando com ações dessa natureza o padrão de dignidade e de elevada moral funcional que constituiu sempre o sustentáculo da nossa Magistratura.

Tais e tantos são os descabros praticados pelo Juiz de Direito de Toledo, sabendo-se mesmo existirem no Tribunal de Justiça do Estado, dois processos contra aquêle Juiz, por crimes de qualificação gravíssima, cada a personalidade e responsabilidade do réu, que eu não me posso fugir ao dever de, mais uma vez, trazer perante esta Casa os fatos acima, na defesa dos humildes posseiros e lavradores de toda a região do Oeste paranaense, esbulhados nos seus direitos, mas que encontrarão nesta Casa uma voz que sempre se levantará contra os usurpadores, sejam quais forem, porque assumi com o povo que me elegeu o compromisso sagrado de defender os seus legítimos interesses, sempre que tal se torne necessário.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. LÉO DE ALMEIDA NEVES — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. LÉO DE ALMEIDA NEVES — Sr. Presidente, srs. Deputados. Nos próximos dias, 5, 6 e 7 do mês de agosto, realizar-se-á na cidade de Londrina o 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná. Este conclave será prestigiado por todos os Sindicatos de Trabalhadores na indústria e do comércio e que têm certa a participação de diversos Sindicatos, atualmente em fase de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sediados especialmente na região norte paranaense.

Tratando-se de entidades amparadas pelo decreto 7.038, de 10 de novembro de 1944, que lamentavelmente, não tem sido seguida a prática, visto que o Ministério do Trabalho ainda não reconheceu nenhum Sindicato de Trabalhador Rural, prejudicando, desta forma, não só a associação daquela enorme massa obreira, mas impedindo também que, através de órgãos representativos, seja possível aos trabalhadores rurais reivindicar os seus legítimos direitos. Isto está ocasionando a situação desagradável em que o operário urbano tem já uma Legislação Social Trabalhista apreciável, enquanto que os camponeses estão completamente desassistidos pelas Leis Trabalhistas, que não lhes têm sido aplicadas, mesmo nos dispositivos em que é expressamente declarada a proteção ao camponês e que também não tem nenhuma entidade de previdência social à qual possa se filiar e receber dela os benefícios correspondentes.

Dessa forma, sr. Presidente e srs. Deputados, acredito que os órgãos de representação política do Estado do Paraná, especialmente esta Assembléa Legislativa, que representa a vontade soberana do povo paranaense, não podem ficar alheios a esse importante conclave que, por certo, muito representará para os destinos da massa camponesa, não só do Paraná, como de todo o Brasil, visto que haverá participação certa de representações de outros órgãos afins dos demais Estados brasileiros, bem assim a presença de nomes exponenciais da política nacional que estão diretamente vinculados aos interesses e aos anseios dos trabalhadores rurais.

Assim sendo, estou requerendo, sr. Presidente, na forma regimental, que esta Assembléa Legislativa se faça presente oficialmente a esse primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, através de uma comissão que leve àquele conclave a nossa solidariedade as suas conclusões, especialmente no que concerne ao direito justo e legítimo dos trabalhadores rurais de se sindicalizarem, bem assim de obterem legislação social e trabalhista que possa amparar seus legítimos e inalienáveis direitos.

Era só, sr. Presidente.

(É encaminhado à Mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno REQUER, seja designada uma Comissão de Deputados a fim de representar esta Assembléa Legislativa no 1º Congresso de Trabalhadores Rurais, que se realizará nos próximos dias 5, 6, e 7 de agosto, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1960.

(a) Léo de Almeida Neves.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 23 srs. Deputados.

Há sobre a mesa, projetos de lei, de autoria dos srs. deputados João Mansur, Anibal Curi, Nivaldo Gomes e Ambrosio Choma, constantes do Expediente. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento do sr. deputado Léo de Almeida Neves, solicitando seja designada uma comissão de Deputados, a fim de representar a Assembléa Legislativa no 1º Congresso de Trabalhadores Rurais. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Ambrosio Choma, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 35-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Pedro Liberti, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 581-59. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, constante do Expediente. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Anibal Curi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 440-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Nicanor de Vasconcellos, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 273-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Waldemar Daros, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 72-60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Antonio Ruppel, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 398-60. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme boletins avulsos já distribuídos aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 229-60, que eleva para quarta (4ª) entrância a Comarca de Sertanópolis e outras. — **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 35-60, que transforma em

cargos isolados de provimento efetivo, os cargos de carreira dos quais são ocupantes os fotógrafos do Departamento de Turismo e Divulgação. — **Aprovada.**

O SR. ANTONIO RUPPEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder à verificação solicitada. Os srs. Deputados que aprovam a Redação Final do Projeto de Lei nº 35-60, queiram levantar-se. 10 srs. Deputados a aprovam. Os srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 3 srs. Deputados a rejeitam. Não há quorum para votação

Em face da aprovação do requerimento de autoria do sr. deputado Leo de Almeida Neves, designo os srs. deputados Amaury Silva, Haroldo Leon Pères e Renato Bueno para representarem a Assembléa Legislativa no 1º Congresso Rural dos Trabalhadores a realizar-se em Londrina.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 28 à hora regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA.

menos o Projeto de Lei nº 229-60.

Levanta-se a sessão.